

## ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL DECRETO-LEI Nº 78/87, DE 17 DE FEVEREIRO	7
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E GERAIS	21
PARTE I	25
LIVRO I Dos sujeitos do processo	25
TÍTULO I Do Juiz e do Tribunal	25
CAPÍTULO I Da jurisdição	25
CAPÍTULO II Da competência	25
SECÇÃO I Competência material e funcional	25
SECÇÃO II Competência territorial	28
SECÇÃO III Competência por conexão	30
CAPÍTULO III Da declaração de incompetência	31
CAPÍTULO IV Dos conflitos de competência	32
CAPÍTULO V Da obstrução ao exercício da jurisdição	33
CAPÍTULO VI Dos impedimentos, recusas e escusas	33
TÍTULO II Do Ministério Público e dos órgãos de Polícia Criminal	36
TÍTULO III Do arguido e do seu defensor	38
TÍTULO IV Vítima	42
TÍTULO V Do assistente	43
TÍTULO VI Das partes civis	44
LIVRO II Dos actos processuais	47
TÍTULO I Disposições gerais	47
TÍTULO II Da forma dos actos e da sua documentação	52
TÍTULO III Do tempo dos actos e da aceleração do processo	56
TÍTULO IV Da comunicação dos actos e da convocação para eles	59
TÍTULO V Das nulidades	64
LIVRO III Da prova	66

TÍTULO I Disposições gerais	66
TÍTULO II Dos meios de prova	67
CAPÍTULO I Da prova testemunhal	67
CAPÍTULO II Das declarações do arguido, do assistente e das partes civis	71
CAPÍTULO III Da prova por acareação	73
CAPÍTULO IV Da prova por reconhecimento	74
CAPÍTULO V Da reconstituição do facto	75
CAPÍTULO VI Da prova pericial	75
CAPÍTULO VII Da prova documental	80
TÍTULO III Dos meios de obtenção da prova	81
CAPÍTULO I Dos exames	81
CAPÍTULO II Das revistas e buscas	82
CAPÍTULO III Das apreensões	84
CAPÍTULO IV Das escutas telefónicas	87
LIVRO IV Das medidas de coacção e de garantia patrimonial	90
TÍTULO I Disposições gerais	90
TÍTULO II Das medidas de coacção	92
CAPÍTULO I Das medidas admissíveis	92
CAPÍTULO II Das condições de aplicação das medidas	96
CAPÍTULO III Da revogação, alteração e extinção das medidas	97
CAPÍTULO IV Dos modos de impugnação	100
CAPÍTULO V Da indemnização por privação da liberdade ilegal ou injustificada	102
TÍTULO III Das medidas de garantia patrimonial	103
LIVRO V Relações com autoridades estrangeiras e entidades judiciárias internacionais	104
TÍTULO I Disposições gerais	104
TÍTULO II Da revisão e confirmação de sentença penal estrangeira	105
PARTE II	107
LIVRO VI Das fases preliminares	107
TÍTULO I Disposições gerais	107
CAPÍTULO I Da notícia do crime	107
CAPÍTULO II Das medidas cautelares e de polícia	109
CAPÍTULO III Da detenção	112
TÍTULO II Do inquérito	114
CAPÍTULO I Disposições gerais	114
CAPÍTULO II Dos actos de inquérito	116
CAPÍTULO III Do encerramento do inquérito	119
TÍTULO III Da instrução	125
CAPÍTULO I Disposições gerais	125
CAPÍTULO II Dos actos de instrução	126
CAPÍTULO III Do debate instrutório	127

CAPÍTULO IV Do encerramento da instrução	130
LIVRO VII Do julgamento	131
TÍTULO I Dos actos preliminares	131
TÍTULO II Da audiência	135
CAPÍTULO I Disposições gerais	135
CAPÍTULO II Dos actos introdutórios	139
CAPÍTULO III Da produção da prova	143
CAPÍTULO IV Da documentação da audiência	150
TÍTULO III Da sentença	151
LIVRO VIII Dos processos especiais	157
TÍTULO I Do processo sumário	157
TÍTULO II Do processo abreviado	162
TÍTULO III Do processo sumaríssimo	164
LIVRO IX Dos recursos	166
TÍTULO I Dos recursos ordinários	166
CAPÍTULO I Princípios gerais	166
CAPÍTULO II Da tramitação unitária	169
CAPÍTULO III Do recurso perante as relações	175
CAPÍTULO IV Do recurso perante o Supremo Tribunal de Justiça	176
TÍTULO II Dos recursos extraordinários	177
CAPÍTULO I Da fixação de jurisprudência	177
CAPÍTULO II Da revisão	180
LIVRO X Das execuções	184
TÍTULO I Disposições gerais	184
TÍTULO II Da execução da pena de prisão	186
CAPÍTULO I Da prisão	186
CAPÍTULO II Da liberdade condicional	187
CAPÍTULO III Da execução da prisão por dias livres e em regime de semidetenção ou de permanência na habitação	187
TÍTULO III Da execução das penas não privativas de liberdade	188
CAPÍTULO I Da execução da pena de multa	188
CAPÍTULO II Da execução da pena suspensa	189
CAPÍTULO III Da execução da prestação de trabalho a favor da comunidade e da admoestação	190
CAPÍTULO IV Da execução das penas acessórias	191
TÍTULO IV Da execução das medidas de segurança	192
CAPÍTULO I Execução das medidas de segurança privativas da liberdade	192
CAPÍTULO II Da execução da pena e da medida de segurança privativa da liberdade	193
CAPÍTULO III Da execução das medidas de segurança não privativa de liberdade	193
TÍTULO V Da execução da pena relativamente indeterminada	193
TÍTULO VI Da execução de bens e destino das multas	194
LIVRO XI Da responsabilidade por custas	194

## LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CONSTITUIÇÃO PROCESSUAL PENAL)

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	199
PARTE I DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS	201
TÍTULO I Princípios gerais	201
TÍTULO II Direitos, liberdades e garantias	203
CAPÍTULO I Direitos, liberdades e garantias pessoais	203
PARTE III ORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO	207
TÍTULO III Assembleia da República	207
CAPÍTULO II Competência	207
TÍTULO V Tribunais	210
CAPÍTULO I Princípios gerais	210
CAPÍTULO II Organização dos tribunais	212
CAPÍTULO III Estatuto dos juizes	213
CAPÍTULO IV Ministério Público	214
TÍTULO IX Administração Pública	215
REGIME DE JÚRI EM PROCESSO PENAL	
DECRETO-LEI nº 387-A/87, DE 29 DE DEZEMBRO	217
CAPÍTULO I Da Constituição do Tribunal	218
CAPÍTULO II Da capacidade para ser jurado	219
CAPÍTULO III Da selecção dos jurados	221
CAPÍTULO IV Estatuto de Jurado	223
LEI DE ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	
LEI nº 49/2008, DE 27 DE AGOSTO	227
CAPÍTULO I Investigação criminal	227
CAPÍTULO II Órgãos de polícia criminal	228
CAPÍTULO III Coordenação dos órgãos de polícia criminal	233
CAPÍTULO IV Fiscalização dos órgãos de polícia criminal	235
CAPÍTULO V Disposições finais	235
LEI DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	
LEI nº 37/2015, DE 5 DE MAIO	237
CAPÍTULO I Disposições gerais	237
CAPÍTULO II Registo criminal	238
CAPÍTULO III Registo de contumazes	244
CAPÍTULO IV Ficheiro dactiloscópico de arguidos condenados	245
CAPÍTULO V Troca de informação sobre condenações proferidas por tribunais de Estados membros da União Europeia	246

CAPÍTULO VI Troca de informações com Estados que não sejam membros da União Europeia	250
CAPÍTULO VII Proteção de dados pessoais	251
CAPÍTULO VIII Disposições finais	252
<b>LEI DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL – REGULAMENTAÇÃO</b>	
DECRETO-LEI Nº 171/2015, DE 25 DE AGOSTO	255
CAPÍTULO I Disposições gerais	257
CAPÍTULO II Identificação dos titulares de registos	258
CAPÍTULO III Informação sujeita a inscrição nos registos	260
CAPÍTULO IV Transmissão da informação aos serviços de identificação criminal	263
CAPÍTULO V Acesso à informação em registo	265
CAPÍTULO VI Direito de acesso aos dados em registo	271
CAPÍTULO VII Outras disposições reguladoras do sistema de informação	271
CAPÍTULO VIII Disposições complementares e finais	273
<b>ESTATUTO DA VÍTIMA</b>	
LEI Nº 130/2015, DE 4 DE SETEMBRO	277
CAPÍTULO I Disposições gerais	279
CAPÍTULO II Princípios	279
CAPÍTULO III Direitos das vítimas de criminalidade	280
CAPÍTULO IV Estatuto de vítima especialmente vulnerável	284
CAPÍTULO V Disposições finais	286
<b>PROTECÇÃO DE TESTEMUNHAS EM PROCESSO PENAL</b>	
LEI Nº 93/99, DE 14 DE JULHO	289
CAPÍTULO I Disposições gerais	289
CAPÍTULO II Ocultação e teleconferência	290
CAPÍTULO III Reserva do conhecimento da identidade da testemunha	292
CAPÍTULO IV Medidas e programas especiais e segurança	294
CAPÍTULO V Testemunhas especialmente vulneráveis	296
CAPÍTULO VI Medidas adicionais de protecção	298
CAPÍTULO VII Regulamentação e execução	298
<b>PROTECÇÃO DE TESTEMUNHAS EM PROCESSO PENAL – REGULAMENTAÇÃO</b>	
DECRETO-LEI Nº 190/2003, DE 22 DE AGOSTO	301
CAPÍTULO I Disposição geral	301
CAPÍTULO II Reserva do conhecimento da identidade da testemunha	301
CAPÍTULO III Medidas pontuais de segurança	303
CAPÍTULO IV Comissão de Programas Especiais de Segurança	304
CAPÍTULO V Programas especiais de segurança	305
CAPÍTULO VI Testemunhas especialmente vulneráveis	308
CAPÍTULO VII Disposição final	308

REGIME JURÍDICO DO MANDADO DE DETENÇÃO EUROPEU

LEI nº 65/2003, DE 23 DE AGOSTO	309
CAPÍTULO I Disposições gerais	309
SECÇÃO I Noção, âmbito, conteúdo e transmissão	309
SECÇÃO II Medidas provisórias, princípio da especialidade, entrega e extradição posterior	312
SECÇÃO III Outras disposições	315
CAPÍTULO II Execução de mandado de detenção europeu emitido por Estado membro estrangeiro	315
SECÇÃO I Condições de execução	315
SECÇÃO II Processo de execução	319
CAPÍTULO III Emissão em Portugal de mandado de detenção europeu	325
CAPÍTULO IV Trânsito	325
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	326

REGIME DA UTILIZAÇÃO DE MEIOS TÉCNICOS DE CONTROLO À DISTÂNCIA

LEI nº 33/2010, DE 2 DE SETEMBRO	333
CAPÍTULO I Parte geral	333
CAPÍTULO II Parte especial	338
SECÇÃO I Medida de coacção de obrigação de permanência na habitação	338
SECÇÃO II Pena de prisão em regime de permanência na habitação	339
SECÇÃO III Modificação da execução da pena de prisão de reclusos portadores de doença grave, evolutiva e irreversível ou de deficiência grave e permanente ou de idade avançada	340
SECÇÃO IV Adaptação à liberdade condicional com vigilância electrónica	340
SECÇÃO V Das medidas e penas de afastamento do arguido ou condenado em contexto de violência doméstica	341
SECÇÃO VI Obrigação de permanência na habitação por crime de incêndio florestal	342
CAPÍTULO III Do tratamento dos dados da vigilância electrónica	342
CAPÍTULO IV Disposições finais	344

REGIME JURÍDICO DAS PERÍCIAS MÉDICO-LEGAIS E FORENSES

LEI nº 45/2004, DE 19 DE AGOSTO	345
CAPÍTULO I Disposições gerais	345
CAPÍTULO II Exames e perícias médico-legais	349
SECÇÃO I Perícias médico-legais urgentes	349
SECÇÃO II Exames e perícias no âmbito da tanatologia forense	350
SECÇÃO III Exames e perícias no âmbito da clínica médico-legal e forense	353
SECÇÃO IV Exames e perícias no âmbito da genética, biologia e toxicologia forenses	354
SECÇÃO V Exames e perícias no âmbito da psiquiatria e psicologia forenses	354

SECÇÃO VI Produtos e objectos examinados	354
SECÇÃO VII Médicos a contratar para o exercício de funções periciais	355
SECÇÃO VIII Disposições finais e transitórias	356
REGIME DE CONCESSÃO DE INDEMNIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS E DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
LEI Nº 104/2009, DE 14 DE SETEMBRO	359
CAPÍTULO I Disposição geral	359
CAPÍTULO II Indemnização às vítimas de crimes violentos	359
CAPÍTULO III Indemnização às vítimas de violência doméstica	361
CAPÍTULO IV Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes	362
CAPÍTULO V Procedimento para concessão do adiantamento	365
CAPÍTULO VI Direitos do Estado	367
CAPÍTULO VII Responsabilidade criminal	368
CAPÍTULO VIII Aplicação no espaço	368
CAPÍTULO IX Disposições finais	370
REGIME DE MEDIAÇÃO EM PROCESSO PENAL	
LEI Nº 21/2007, DE 12 DE JUNHO	373
REGULAMENTO DO SISTEMA DE MEDIAÇÃO PENAL	
PORTARIA Nº 68-c/2008, DE 22 DE JANEIRO	379
CAPÍTULO I Objecto, organização e funcionamento	381
CAPÍTULO II Procedimento de mediação	382
CAPÍTULO III Actividade dos mediadores	385
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	386
REGIME GERAL DAS CONTRA-ORDENAÇÕES	
DECRETO-LEI Nº 433/82, DE 27 DE OUTUBRO	387
I PARTE Da contra-ordenação e da coima em geral	391
CAPÍTULO I Âmbito de vigência	391
CAPÍTULO II Da contra-ordenação	392
CAPÍTULO III Da coima e das sanções acessórias	394
CAPÍTULO IV Prescrição	396
CAPÍTULO V Do direito subsidiário	398
II PARTE Do processo de contra-ordenação	398
CAPÍTULO I Da competência	398
CAPÍTULO II Princípios e disposições gerais	400
CAPÍTULO III Da aplicação da coima pelas autoridades administrativas	401
CAPÍTULO IV Recurso e processo judiciais	404
CAPÍTULO V Processo de contra-ordenação e processo criminal	407
CAPÍTULO VI Decisão definitiva, caso julgado e revisão	408
CAPÍTULO VII Processos especiais	409

ÍNDICE-SUMÁRIO

CAPÍTULO VIII Da execução	410
CAPÍTULO IX Das custas	411
CAPÍTULO X Disposição final	412



## SUMÁRIO

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL Decreto-Lei nº 78/87, de 17 de fevereiro	7
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CONSTITUIÇÃO PROCESSUAL PENAL)	199
REGIME DE JÚRI EM PROCESSO PENAL Decreto-Lei nº 387-A/87, de 29 de dezembro	217
LEI DE ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL Lei nº 49/2008, de 27 de agosto	227
LEI DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL Lei nº 37/2015, de 5 de maio	237
LEI DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL – REGULAMENTAÇÃO Decreto-Lei nº 171/2015, de 25 de agosto	255
ESTATUTO DA VÍTIMA Lei nº 130/2015, de 4 de setembro	277
PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS EM PROCESSO PENAL Lei nº 93/99, de 14 de julho	289
PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS EM PROCESSO PENAL – REGULAMENTAÇÃO Decreto-Lei nº 190/2003, de 22 de agosto	301
REGIME JURÍDICO DO MANDADO DE DETENÇÃO EUROPEU Lei nº 65/2003, de 23 de agosto	309

## SUMÁRIO

REGIME DA UTILIZAÇÃO DE MEIOS TÉCNICOS DE CONTROLO À DISTÂNCIA Lei nº 33/2010, de 2 de setembro	333
REGIME JURÍDICO DAS PERÍCIAS MÉDICO-LEGAIS E FORENSES Lei nº 45/2004, de 19 de agosto	345
REGIME DE CONCESSÃO DE INDEMNIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS E DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA Lei nº 104/2009, de 14 de setembro	359
REGIME DE MEDIAÇÃO EM PROCESSO PENAL Lei nº 21/2007, de 12 de junho	373
REGULAMENTO DO SISTEMA DE MEDIAÇÃO PENAL Portaria nº 68-C/2008, de 22 de janeiro	379
REGIME GERAL DAS CONTRA-ORDENAÇÕES Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro	387
ÍNDICE-SUMÁRIO	413
SUMÁRIO	421